

Objeto: Acompanhar e fiscalizar as medidas a serem adotadas pela SEMEC, para o atendimento das deliberações estabelecidas em audiência pública realizada neste órgão ministerial, atinentes ao Sistema Municipal de Ensino Público de Belém.

Promotoria de Justiça: 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS

Promotora de Justiça: Maria das Graças Corrêa Cunha.

Protocolo: 321155

EXTRATO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

O 5º Promotor de Justiça Criminal de Santarém, com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º e Art. 13 da Resolução nº 181 - CNMP, de 07/08/2017, torna pública a PRORROGAÇÃO do prazo por mais 90 (noventa) dias do Procedimento Investigatório Criminal SIMP nº 013497-031/2017, instaurado através do Portaria Conjunta nº. 005/2017, publicada do Diário Oficial do Estado do Pará em 23/11/2017 e que se encontra à disposição na 9ª Promotoria de Justiça de Santarém, situada na Avenida Mendonça Furtado, 3991 - Liberdade CEP: 68.040-050, Santarém/PA, Fone: (93) 3512 0400.

RODRIGO AQUINO SILVA, 5º Promotor de Justiça de Santarém e atuando em conjunto com a 9ª Promotoria de Justiça de Santarém

Protocolo: 321045

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e A I Q Ferramentas e Instrumentos LTDA.

Objeto: Aquisição de 02(dois) aparelhos Decibelímetros com Certificado de Calibração Rastreado para atender as necessidades das Promotorias de Justiça de Icoaraci deste Órgão .

Nº. da nota de empenho: 2017NE03751.

Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.122.1434.8332; Fonte 0101. Elemento de Despesa:4490-52. Valor: R\$ 1.100,00 (Hum Mil e Cem Reais).

Data da Assinatura: 04/06/2018.

Ordenador Responsável: GILBERTO VALENTE MARTINS.

Protocolo: 321054

EXTRATO DA PORTARIA Nº 016/2018/MP/12ªPJMAB

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000046-960/2018 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 - Marabá - PA - Fone/Fax: (94) 3312-9900.

Portaria nº 016/2018/MP/12ªPJMAB.

Interessados: ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS ACAMPADOS DA NOVA VITÓRIA - ARAPARI e PROPRIETÁRIO DA FAZENDA ARAPARI.

Assunto: Desenvolver atos de tratamento do conf ito pela posse da terra na área do Acampamento da Nova Vitória, localizado no Município de Marabá/PA.

JANE CLEIDE SILVA SOUZA

Promotora de Justiça

Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 321063

AVISO Nº 18/2018-CSMP

Faço público, a quem interessar possa que a 11ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, realizar-se-á no dia 14 de junho de 2018, às 9h, no Plenário "Procurador de Justiça Octávio Proença de Moraes", no quarto andar do Edifício-Sede do Ministério Público do Estado do Pará, situado à Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade, para apreciação da pauta a seguir:

ITENS DA PAUTA:

1. Apreciação da Ata da 10ª Sessão Ordinária, realizada em 28/05/2018.

2. Julgamento de Certames:

2.1. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ DE GURUPÁ, pelo critério de MERECIMENTO - ED-005/2018 - Processo nº 005/2018/MP/CSMP.

2.2. Julgamento de Remoção na 1ª Entrância, para o cargo de PJ DE ANAPU, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-010/2018 - Processo nº 010/2018/MP/CSMP.

2.3. Julgamento de Remoção na 3ª Entrância, para o cargo de 6º PJ COM ATRIBUIÇÕES GERAIS DE BELÉM, pelo critério de ANTIGUIDADE - ED-017/2018 - Processo nº 018/2018/MP/CSMP.

2.4. Julgamento de Remoção na 3ª Entrância, para o cargo de 10º PJ COM ATRIBUIÇÕES GERAIS DE BELÉM, pelo critério de MERECIMENTO - ED-018/2018 - Processo nº 019/2018/MP/CSMP.

3. Julgamento de Processos:

3.1. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

3.1.1. Processo nº 000433-036/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretária Municipal de Saúde de Benevides

Origem: 3º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possíveis irregularidades e arbitrariedades

cometidas pela Secretária de Saúde de Benevides.

3.1.2. Processo nº 000827-125/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Hospital Rio Mar, HAPVIDA

Origem: 2º PJ do Consumidor

Assunto: Apurar possível violação de Direitos Fundamental à saúde, no caso, a ausência de médico anestesista de plantão (em regime presencial) ocorrido no Hospital Rio Mar (HAPVIDA).

3.1.3. Processo nº 000118-477/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): COSANPA e Laje Construções

Origem: 1ª PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar possível cobrança abusiva nas contas de água por parte da Construtora Laje Construções e COSANPA.

3.1.4. Processo nº 000745-036/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): MKL Construções e Comércio LTDA

Origem: 4º PJ de Benevides

Assunto: Apurar possíveis irregularidades cometidas pela empresa MKL Construções e Comércio LTDA.

3.1.5. Processo nº 000136-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Convênio 024/2011, celebrado entre a Associação Desportiva, Cultural, Profissionalizante e Social

Alvorecer da Esperança e a Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA.

3.1.6. Processo nº 000595-450/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 1º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto: Apurar situação de risco dos menores C., W. e L.O.

3.2. Processos de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA MARQUES DE MORAES:

3.2.1. Processo nº 000060-012/2018

Requerente(s): Lívia Tripac Miléo Câmara

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público

Origem: 7º Cargo da Procuradoria de Justiça Cível

Assunto: Pedido de reconsideração, referente à penalidade prevista no art. 89, §2º DA LCE Nº 057/2006.

3.2.2. Processo nº 000065-012/2018

Requerente(s): Francys Lucy Galhardo do Vale

Requerido(s): Conselho Superior do Ministério Público do Pará

Origem: 7º Cargo da Procuradoria de Justiça Cível

Assunto: Requer que não seja aplicada a penalidade de impossibilidade de nova movimentação na carreira pelo período de 01 (um) ano, formulado pela Promotora de Justiça Francys Lucy Galhardo do Vale, ao informar que não assumirá o cargo de 3ª PJ de Tucuruí.

3.2.3. Processo nº 000279-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Agricultura - SAGRI

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis violações à artigos da lei nº. 8.429/92, no tocante a prestação de contas do Convênio nº. 021/2010.

3.2.4. Processo nº 000522-116/2013

Requerente(s): Auditoria Geral do Estado do Pará - AGE/PA

Requerido(s): Polícia Civil do Estado do Pará - PC/PA

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar Irregularidades de Servidores cedidos e gratif cações no quadro da Polícia Civil.

3.2.5. Processo nº 000281-036/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Vários denunciados

Origem: 3º PJ de Benevides

Assunto: Apurar denúncia de suposta utilização indevida de bens públicos do Município de Benevides.

3.2.6. Processo nº 000163-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Meio Ambiente -Sema Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar indícios de atos e/ou fatos de improbidade administrativa, praticados no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, unidade de Marabá, na aprovação irregular, em tese, de projetos de manejo florestal, sob a responsabilidade e chef a de servidores públicos.

3.2.7. Processo nº 000198-151/2014

Requerente(s): Ministério Público Federal

Requerido(s): Tais Ribeiro Ranieri

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possíveis fraudes nas Eleições 2012 por parte de 80 servidores que se valeram dos 03 meses de licença remunerada para atividade política visando benefício pessoal. Este procedimento apura especificamente irregularidades cometidas pela Sra. Tais Ribeiro Ranieri.

3.2.8. Processo nº 000099-113/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Of cina Mecânica

Origem: 3º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo da Capital

Assunto: Apurar a utilização indevida de via pública para f ns de atividades realizadas por of cina mecânica.

3.2.9. Processo nº 000195-150/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Belém

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar supostas irregularidades no repasse de recursos públicos realizado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará -ALEPA ao Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Belém- SISBEL.

3.2.10. Processo nº 004419-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades ocorridas na reintegração de posse, na área denominada Petrópolis, Município de Prainha/PA.

3.3. Processos de Relatoria da Conselheira CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO:

3.3.1. Processo nº 000032-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marituba

Origem: 3º PJ de Cível de Marituba

Assunto: Apurar o funcionamento de instituições no Município de Marituba.

3.3.2. Processo nº 000009-113/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Bar Karaokê "Cantoria"

Origem: 2º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo da Capital

Assunto: Apura poluição sonora provocada pelo estabelecimento Bar Karaokê "Cantoria" localizado ao lado de sua casa na Rua Arciprestes Manoel Teodoro, nº 477, entre Padre Eutíquio e São Pedro.

3.3.3. Processo nº 000012-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Jesuína Carvalho Watanabe

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Providências em face da servidora Jesuína Carvalho Watanabe, a qual é Procuradora Autárquica do DETRAN/PA e encontra-se cedida ao MPE/PA, pois a mesma estaria recebendo remuneração dos 02 (dois) órgãos, o que caracterizaria acúmulo indevido de vencimentos.

3.3.4. Processo nº 000354-450/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 3º PJ da Infância e Juventude de ananindeua

Assunto: Apurar situação de riscos de menores.

3.3.5. Processo nº 000001-110/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Abrigo João de Deus

Origem: 1º PJ de Fundações, Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial da Capital

Assunto: Apurar o funcionamento do Abrigo João de Deus.

3.4. Processos de Relatoria da Conselheira Maria do Socorro MARTINS Carvalho Mendo:

3.4.1. Processo nº 006789-030/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Eliene Soares Sousa da Silva

Origem: 4º PJ de Parauapebas

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa, instaurado em face da Vereadora Eliene Soares de Sousa.

3.4.2. Processo nº 000060-151/2017

Requerente(s): Policiais Militares aguardando aposentadoria

Requerido(s): Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar a demora, injustif cada, na tramitação de processos de aposentadoria (reserva) dos Policiais Militares do Pará no âmbito do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, que estaria descumprindo a ordem de prioridade na tramitação dos feitos administrativos

3.4.3. Processo nº 000239-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Maria Alice Pina Viggiano

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possível prática de improbidade administrativa por Maria Alice Pina Viggiano, servidora pública comissionada no cargo de Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária do Estado do Pará, que seria sócia-proprietária da empresa NUTRIPESCA.